

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
ATA Nº 09/91, Fls. 02

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

A T A Nº 09/91

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de mil, novecentos e noventa e um, no horário das oito horas e trinta minutos, no Gabinete da Vice-Reitoria, realizou-se uma reunião do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE, da Universidade Federal de Pelotas, a qual, previamente convocada e presidida pelo Senhor Vice-Reitor, Professor Luiz Henrique Schuch, seu Presidente, contou com a participação dos seguintes Conselheiros: Professores Maria Isabel da Cunha, Pró-Reitora de Graduação e Assistência, Jorge Umberto Béria, em substituição ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Aldyr Garcia Schlee, Pró-Reitor de Extensão; Céres Maria Torres Bonatto, Representante do Conselho Universitário; Fernando Nova Cruz Diaz, Representante da área de Ciências Exatas e Tecnologia; Tânia Maria Pereira Isolani, Representante da área de Ciências da Saúde e Biológicas; Maria de Lourdes Valente Reyes, Representante da área de Letras e Artes; Hilda Costa Acevedo, Representante da área de Ciências Humanas e Acadêmicos Eracy Lafuente Pereira e Lusiane Luz de Lima, Representantes discentes. Verificado haver número legal de Conselheiros presentes, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, fazendo referência à extensa pauta a ser cumprida, cujo exame certamente se prolongaria até a parte da tarde, a qual era resultante do acúmulo de assuntos durante a greve, uma vez que as reuniões havidas naquele período restringiram-se ao atendimento de questões emergenciais. Em seguida, deu boas vindas à nova representante discente e justificou a ausência momentânea

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 02

027 do Professor Sérgio Martins que chegaria mais tarde em razão
028 de compromissos na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
029 O Senhor Presidente referiu, ainda, que a ausência do Repre-
030 sentante da área de Ciências Agrárias devia-se ao término de
031 seu mandato, sendo que as eleições não puderam ser realizadas
032 durante o período de paralisação, estando o Processo já em an-
033 damento. Passou, a seguir, ao exame da ordem do dia. Item 1 -
034 Apreciação da Ata 08/91. Colocada em discussão, a mesma foi
035 aprovada sem emendas. Item 2 - Correspondência recebida. O Pro-
036 fessor Schuch referiu que pensara em fazer um comentário so-
037 bre a reunião dos Reitores com o Ministro da Educação na últi-
038 ma semana mas que, como a maioria dos presentes já conhecia o
039 assunto que fôra abordado nas reuniões com a administração e
040 com os Diretores de Unidade, iria abster-se de comentá-lo, vi-
041 sando agilizar a pauta. Todavia, colocou-se à disposição de
042 algum Conselheiro que ainda não conhecesse as questões trata-
043 das nesse encontro. Item 3 - Calendário Escolar. Quando da a-
044 preciação desse item, fêz uso da palavra a Professora Maria I-
045 sabel submetendo à apreciação do plenário sua solicitação de
046 alteração da pauta, ficando este item para apreciação posteri-
047 or, uma vez que o Professor Veríssimo, relator do Processo, es-
048 tava com aulas até as dez horas. Justificou que a presença do
049 Secretário Geral dos Cursos seria muito importante quando da
050 discussão do calendário, o que contou com a anuência dos pre-
051 sentes. Em seguida, manifestou-se o Professor Schlee dizendo
052 que, durante o período em que esteve respondendo pela Reito-
053 ria e pela Presidência do COCEPE, recebera a visita do Profes-
054 sor Edson Holthausen, Presidente da CPPD, solicitando fosse
055 prorrogado o mandato dos membros daquela Comissão que, em sua
056 maior parte, se achava expirado, até a realização de novas e-
057 leições, de forma a evitar a interrupção dos trabalhos e con-
058 seqüente acúmulo de Processos, uma vez que, presentemente, a
059 CPPD estava sem quorum para reunir-se. Esta foi a razão de ha-
060 ver solicitado a inclusão do item 14 na pauta, explicou o Pro-
061 fessor Schlee, solicitando, ainda, a sua apreciação neste mo-
062 mento, uma vez que na parte da tarde não poderia comparecer
063 por motivo de viagem. Como não houvesse nenhuma manifestação
064 contrária, passou-se à abordagem do Item 14 - Mandato dos mem-
065 bros da CPPD. À respeito, o Senhor Presidente deu conhecimen-
066 to ao plenário de que também havia sido procurado pelo Profes-

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 03

367 sor Edson Holthausen para tratar da questão da prorrogação do
368 mandato dos membros da CPPD, justificando as razões já expos-
369 tas pelo Professor Schlee. Lembrou que, segundo o Regimento
370 da CPPD, a metade de seus membros são trocados a cada ano e
371 que, em decorrência do movimento grevista, não houve condi-
372 ções de desencadear as eleições, que são conduzidas pelo pró-
373 prio órgão. Ainda sobre a Comissão Permanente de Pessoal Do-
374 cente, o Senhor Presidente destacou que, quando da sua cria-
375 ção nas Universidades fundacionais, houve uma grande polêmica
376 acerca de sua vinculação uma vez que o instrumento que regula
377 mentava a sua criação definia que ficaria vinculada "ao órgão
378 superior competente". Havia o nítido entendimento de que a
379 CPPD, pela natureza de suas atividades, atua muito ligada aos
380 COCEPES das Universidades, principalmente, quando se fala em
381 distribuição de vagas, regime de trabalho docente e questões
382 de ensino. Ao mesmo tempo, estava muito presente a vinculação
383 da CPPD com o professor como funcionário e aí estava configu-
384 rada uma relação de natureza mais administrativa. A questão
385 da vinculação foi levada à discussão em duas reuniões do Con-
386 selho Universitário e, persistindo a dúvida quanto à preponde-
387 rância do órgão, optou-se por vinculá-lo ao mais superior pa-
388 ra efeito de eleições. Assim, a partir daquele momento, o Con-
389 selho Universitário passou a eleger três membros da CPPD, in-
390 titulando-se "o órgão superior competente", embora com a sen-
391 sação de que a sua vinculação mais estreita é feita com o
392 COCEPE. Colocada em votação a proposta de prorrogação do man-
393 dato dos membros da CPPD, cujo prazo se acha expirado, até a
394 realização de novas eleições, a mesma foi aprovada por unani-
395 midade. Item 4 - Concurso para Professor Titular. Ao proceder
396 a abordagem deste item, o Senhor Presidente salientou que se
397 tratava de um assunto tramitado no COCEPE há bastante tempo,
398 sendo o Processo liderado pelo Professor Cláudio Alves Pimen-
399 tel, da Faculdade de Veterinária e subscrito por outros pro-
400 fessores. Salientou que o assunto foi longamente discutido
401 mesmo quando não constava da pauta e que a conclusão preponde-
402 rante a que se chegou foi a necessidade de fixação de vagas,
403 uma vez que o ingresso na classe de Professor Titular é feito
404 unicamente mediante Concurso Público, diferentemente do que a
405 contece nas outras classes. Após discussão com os Diretores
406 de Unidade e obtido o seu aval, a saída encontrada para colo-

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 04

car o concurso na rua foi a de estimar-se um risco passível de ser corrido quanto a possibilidade de aprovação de candidatos não vinculados à Universidade. Em uma primeira hipótese - disse o Professor Schuch, a probabilidade é que boa parcela do concurso seja vencida por professores da Universidade e, nesse caso, haveria apenas um reposicionamento de vaga uma vez que o professor ocuparia a sua própria vaga; em um segundo caso, em havendo aprovação de candidato de fora, as próximas vagas que ocorressem seriam destinadas a cobrirem tais nomeações, independentemente de Unidade. A sugestão dos Diretores de Unidade - dizia o Senhor Presidente, foi a seguinte: digamos que o concurso tivesse ocorrido na Faculdade de Agronomia com aprovação em 1º lugar de um candidato de fora e que a próxima vaga surgida pertencesse ao Instituto de Letras e Artes; nesse caso, pelo compromisso assumido, a vaga seria destinada a atender a contratação da FAEM, que ficaria em débito com o ILA; a vaga seguinte que ocorresse na FAEM destinar-se-ia ao pagamento do ILA. Assim poderíamos colocar o Concurso na rua, primeiramente estimando o percentual que seria vencido por pessoas de fora e, a seguir, procedendo a alocação de vaga, sempre com o cuidado de evitar o comprometimento do ingresso de força de trabalho em áreas prioritárias. Continuando sua explanação, o Professor Schuch disse que, ao proceder-se a distribuição da vaga, ela não é destinada a uma pessoa especificamente, mas para uma área, entretanto na prática a situação fica muito relacionada uma vez que os professores atuam em áreas específicas, resultando na exclusão dos demais. A rigor, há um constrangimento por parte das Unidades em alocar vagas para titular pelas razões já mencionadas e porque, na grande maioria, elas estão necessitando de reposição de força de trabalho. Nesse momento, entrevistou a Professora Céres manifestando o seu entendimento de que a proposta formalizada pelos Diretores de Unidade é muito mais delicada do que a própria Unidade abrir a sua vaga na classe que deseja. A seguir, o Professor Schuch explicou que, dependendo da metodologia a ser adotada, não caberá à Unidade escolher se abrirá o Concurso ou não. Esta será uma decisão do COCEPE que poderá definir pela abertura de Concurso em todos os Departamentos que possuam em sua lotação, Professores Adjuntos com Doutorado. Intervindo, a Professora Maria Isabel chamou atenção para a im-

portância de alcançar-se uma definição para o assunto, de forma a evitar-se a interposição de ações judiciais de parte de alguns professores, visando obter a passagem automática para Titular. Com relação a essa colocação, contrapôs o Professor Schuch, lembrando do cuidado que se deve ter ao fazer um Concurso para Titular. Como exemplo, citou o caso de Viçosa, em que foi conduzido um Concurso para Titular de uma forma não muito clara, resultando no retorno do pessoal, à situação anterior dois meses após, por decisão judicial. Já em Rio Grande, o procedimento foi diferente: houveram alguns Departamentos que alocaram vaga em uma área bem genérica, possibilitando que todos os Adjuntos do Departamento concorressem e, na maioria, fossem aprovados. Aquele classificado em 1º lugar era promovido para titular e, a seguir, a sua vaga de Adjunto era alocada para titular possibilitando o aproveitamento do 2º classificado e assim por diante até chegar a vez de alguém de fora ocupar a vaga. Outro método, explicou o Senhor Presidente, foi utilizado por Santa Maria, que separou o concurso em Concurso-Título e Concurso-Vaga. O Edital era aberto para Concurso de Títulos e, assim, aqueles que não pertenciam à Universidade e eram aprovados obtinham o título e, quando possuísem vínculo, eram promovidos. Nesse caso, sempre há o risco de que um candidato de fora, se aprovado, reivindique na justiça a vaga e a nomeação - explicou. Com relação ao procedimento utilizado por essa Universidade, o Professor Schlee comentou que o achava bastante interessante e que se tratava do mesmo método utilizado nos antigos Concursos de Livre Docência, que garantia o título e não o ingresso. Fazendo uso da palavra, o Professor Diaz disse que, em sua opinião, o ideal seria a adoção de um procedimento comum a todas Universidades, o que certamente facilitaria a aceitação por parte do MEC e atenderia a expectativa de alguns professores que estão há poucos meses da aposentadoria e desejam concluir a carreira, já que se prepararam para tanto. Continuando em sua explanação, o Professor Schuch disse que, na reunião dos Reitores das Universidades do Sul - RS, SC e PR, a solução ficou próxima do que foi discutido neste Conselho, ou seja, o Concurso seria aberto com um número de risco e com o compromisso interno da IFE de destinação de vaga para nomeação de pessoal de fora, se aprovados. Salientou, também, que há Departamen-

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 06

187 tos em que o regime de trabalho é fator decisivo; se o Concur
188 so for colocado para regime de DE (dedicação exclusiva), 90%
189 dos possíveis concorrentes deixarão de ter interesse porque e
190 xercem atividades fora da IFE. Outra questão levantada pela
191 Presidência, dizia respeito a coerência do Plano de Cargos e
192 Salários em relação à Constituição. À respeito, frizou que no
193 momento de sua promulgação vigorava a Constituição antiga na
194 qual havia o preceito de que o ingresso na classe de Profes
195 sor Titular somente poderia acontecer mediante Concurso Públi
196 co. Como a atual Constituição não coloca essa restrição, mui
197 tas pessoas argumentam que a exigência contida no PCS visa
198 dar atendimento à antiga Constituição, em vigor à época da a
199 provação do Plano, salientou. Em seguida, manifestou-se a Pro
200 fessora Maria Isabel, dizendo de sua preocupação em encontrar
201 uma fórmula de atender a questão desse concurso e, ao mesmo
202 tempo, de evitar uma nova desmoralização para a Universidade,
203 com um novo "trenzinho da alegria". Segundo o seu entendimen
204 to, já somos uma Universidade de Adjuntos e, se não houver o
205 devido cuidado, poderemos nos tornar uma Universidade de Titu
206 lares. Continuando, disse que a grande questão é discutir a
207 própria carreira e a ANDES já vem fazendo isso. Hoje, já se
208 discute a progressão por tempo de serviço feita de uma manei
209 ra ilimitada. No estágio em que estamos, teremos de correr o
210 risco de realizar o concurso ou de sermos atropelados por uma
211 decisão judicial. Em seguida, expressou-se o Professor Schlee
212 dizendo achar importantíssimo refletir sobre a questão da exi
213 gência de concurso para Titular, quem sabe levando a discus
214 são a todas Universidades. Não podemos nos assentar em cima
215 de um sofismo barato segundo o qual as leis são imutáveis, fa
216 lou. Hoje essa norma está sendo posta em questão pela própria
217 prática de se poder chegar ao final da carreira com a aposen
218 tadoria. Complementando as palavras do Professor Schlee, o Se
219 nhor Presidente chamou atenção para um dos questionamentos
220 feitos na própria ANDES: o que é um Professor Auxiliar, Assis
221 tente, Adjunto ou Titular, salvo o fato de que um pode inte
222 grar a Banca Examinadora do outro? A seguir, o Professor
223 Schuch procedeu a leitura da relação de professores detento
224 res da titulação de Doutor ou Livre-Docência, juntada ao Pro
225 cesso do Professor Pimentel. No momento seguinte, fêz uso da
226 palavra a Professora Céres chamando atenção para o fato de

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 07

que alguns professores já aposentados poderiam concorrer, uma vez que não há nenhum dispositivo que os impeça de fazê-lo. Outras considerações se seguiram e, ao final, foi deliberado pela necessidade de proceder-se um mapeamento do número de Professores Adjuntos N-4, e dos portadores da titulação de Doutor ou Livre-Docência a nível de Departamento e área, de forma a possibilitar uma visão concreta do número de possíveis candidatos, voltando o assunto a ser discutido na próxima sessão. A realização do trabalho ficou ao encargo do Representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Item 5. Processo nº 23110.001004/91-10 - Prazo "mínimo" e "máximo" de permanência de alunos em cada curso. Ao proceder o relato, a Professora Maria Isabel deu conhecimento ao plenário de que todos os cursos, à exceção do Curso de Ciências Sociais, haviam respondido ao chamamento do COCEPE, definindo os seus "mínimos" e "máximos" segundo o critério determinado, qual seja: o tempo "mínimo" não poderá ser inferior ao tempo estabelecido para o cumprimento do currículo pleno, reduzido de um semestre; o tempo "máximo" não poderá ser superior ao dobro do currículo pleno. Procedida a análise, foi verificado que o Curso de Direito fixara o seu "mínimo" em 8 (oito) semestres e o Curso de Física definira o seu "máximo" em 10 (dez) semestres, o que foi considerado inadequado pelos conselheiros, sendo reformulado. Após o exame e discussão da matéria, o COCEPE deliberou por aprovar os prazos "mínimo" e "máximo" de permanência discente em cada Curso na forma proposta pelos respectivos Colegiados, à exceção do Curso de Direito, cujo prazo mínimo ficou definido em 09 semestres e do Curso de Licenciatura em Física, cujo prazo máximo ficou fixado em 12 semestres. Para o Curso de Ciências Sociais foi adotado o critério geral, ficando o prazo "mínimo" em 08 semestres e "máximo" em 14 semestres. Item 6. Processo nº 23110.003767/90-41 Progressão funcional da Professora Sandra Carlos Magno Santoro, tendo como relator o Professor Béria. Inicialmente, o relator lembrou ao plenário que o Processo tratava da promoção à classe de Professor Adjunto de uma professora não portadora da titulação de Mestre, que apresentava como justificativa para não haver se afastado, o fato de não existir nenhum Mestrado no país, em sua área de atuação. Procedido levantamento junto à PRPPG pela Comissão designada pelo COCEPE para avaliar o

Processo, foi detectado haver quatro Mestrados no país em área compatível com a atuação da professora. Foi, ainda, constatado que a requerente estivera afastada por dois anos para tratamento de interesses particulares. Feitos esses esclarecimentos, o Professor Béria procedeu a leitura do parecer da Comissão, que ratificava o parecer emitido pela CPPD, manifestando-se pelo indeferimento da solicitação. Colocado o parecer em discussão e, após, em votação, o mesmo veio a ser aprovado por maioria de votos, sendo indeferida a progressão. Verificou-se uma abstenção com declaração de voto da Professora Maria de Lourdes Reyes. Nesse momento, ocorreu a chegada do Professor Veríssimo, Secretário Geral dos Cursos, e tendo sido concluído o exame do presente item, o Senhor Presidente sugeriu a retomada da discussão do calendário escolar, o que foi acatado pelos presentes. Item 3. Calendário Escolar. Fazendo uso da palavra, a Professora Maria Isabel disse que durante o período de greve, a Pró-Reitoria continuou a trabalhar, fazendo constantes projeções quanto ao calendário escolar. Salientou que, ao proceder-se a discussão, deveriam ser buscadas alternativas que impliquem no menor prejuízo aos alunos, uma vez que é certo que nenhuma decisão impedirá que haja algum prejuízo. Informou que, em reunião realizada com o DCE, os alunos propuseram que as três semanas que faltavam para o encerramento do primeiro semestre fossem ampliadas para quatro semanas, visando possibilitar uma retomada mais apurada dos conteúdos já ministrados o que resultou na emissão de Portaria "ad-referendum", dado a natureza emergencial da questão, fixando o data de encerramento do 1º semestre. Em seguida, a relatora procedeu a leitura de documento elaborado pela assembléia dos professores e ratificado pelos alunos, relativamente ao calendário escolar, cujo teor é o seguinte: "2º Período Letivo de 1991. NOVEMBRO Matrículas: 07 e 08; Início das Aulas: 11; DIAS LETIVOS: 17; FERIADOS: 01 (15). DEZEMBRO Recesso de Natal: 23 à 28; DIAS LETIVOS: 18. JANEIRO DIAS LETIVOS: 26; FERIADOS: 01 (1º). FEVEREIRO DIAS LETIVOS: 25. MARÇO Período de Exames: 05 à 19. TOTAL DE DIAS LETIVOS: 86." Esclareceu, ainda, que o Colegiado de Odontologia encaminhara uma proposição diferente sugerindo que cada colegiado estabelecesse o seu calendário e, ao mesmo tempo, explicitou a sua posição quanto a dificuldade de atendimento dessa proposição,

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 09

haja vista os procedimentos burocráticos junto à Secretaria Geral dos Cursos. A Pró-Reitoria de Graduação e Assistência defende a adoção de um calendário único, salientou. Em seguida, a Professora Maria Isabel passou a palavra ao Professor Veríssimo, que procedeu um minucioso relato da proposta de calendário com as implicações decorrentes. Por sua vez, a Professora Tânia justificou o não comparecimento da Faculdade de Odontologia na assembléia da Comunidade, em razão das atividades alusivas ao aniversário daquela Unidade. Relatou a situação peculiar da Faculdade de Odontologia, esclarecendo que a frequência de pacientes fica bastante reduzida nos meses de verão em virtude das férias escolares dos filhos dos pacientes, como também a dificuldade de deslocamento dos pacientes residentes no interior do município e em bairros distantes que, nos meses de verão, não se dispõem a vir até a Faculdade, além de outras considerações. Esses fatos levaram o Curso de Odontologia a propor um calendário diferente que atendesse as suas especificidades, o qual previa um recesso de 10 dias em dezembro, entre o Natal e Ano Novo e de 20 dias em fevereiro, com retorno em março, explicou. À essa argumentação, contrapôs-se a Professora Maria Isabel dizendo que sempre foi contra a interrupção do semestre por entender que tanto pedagogicamente quanto didaticamente isso é prejudicial. Devemos ter o cuidado para não tomar uma decisão que mais uma vez privilegie o professor, salientou. Verificou-se, a seguir, várias manifestações de compreensão à situação do Curso de Odontologia, mas todas elas evidenciando a dificuldade de adoção de um calendário especial para aquele Curso. Igualmente, todas as considerações ratificavam o posicionamento da Professora Maria Isabel quanto ao prejuízo que uma interrupção do calendário poderia resultar. Outro aspecto destacado pelo Professor Veríssimo, e que atendia a uma reivindicação dos alunos, foi a definição de uma Semana Acadêmica Unificada para todos os Cursos que deverá acontecer na primeira semana do mês de Dezembro. Encerradas as discussões, emergiram duas posições quanto ao calendário: a primeira, da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, defendia a organização de um calendário único para todos os Cursos; a segunda, da Faculdade de Odontologia, propunha a adoção de um calendário único para todos os Cursos, à exceção do Curso de Odontologia que o organi-

zaria de forma diferenciada. Postas em votação, foi vencedora a primeira proposição, por maioria de votos. Para a segunda proposta verificou-se um voto. No momento seguinte, a Professora Maria Isabel entrevistou perguntando se haverá possibilidade de algum professor gozar férias no verão, uma vez que em alguns Cursos as disciplinas são ministradas em bloco. O questionamento suscitou manifestações diversas, sendo colocado pelo Senhor Presidente que o entendimento entre os Reitores das Universidades é que o período concessivo de férias coincide com o aquisitivo. Ficou, ainda, claro o entendimento entre os conselheiros de que, uma vez havendo a concordância dos Departamentos e inexistindo prejuízo ao cumprimento das atividades acadêmicas, os professores poderão, eventualmente, gozar suas férias fora do período de recesso das aulas. Item 7. Processos oriundos da CPPD, relatados pela Presidência. Processo nº 23110.000214/91-27 do Professor José Carlos de Azevedo Junior, da Faculdade de Veterinária solicitando progressão funcional. Ao relatar o Processo, o Senhor Presidente disse tratar-se de um recurso dirigido pelo interessado ao COCEPE, uma vez que a Comissão de Avaliação manifestava-se contrariamente a sua progressão em razão de não haver atingido a pontuação mínima, o que fôra ratificado pela CPPD. Procedeu, a seguir, um rápido relato da situação funcional do professor, de forma a instruir a avaliação do Processo. Procedidas algumas considerações, o COCEPE deliberou por constituir uma Comissão composta pelos Professores Moacir Cardoso Elias, representando a área de Ciências Agrárias; Edson Tadeu Holthausen, Presidente da CPPD e um representante da PRPPG para, em conjunto, procederem a análise do Processo. Processo nº 23110.000284/91-11 do Professor Manoel Mendieta Araujo, da Faculdade de Agronomia solicitando progressão funcional para o nível 1 da classe de Professor Adjunto a partir de 15.03.91. Sobre este Processo foi colocado que o parecer da CPPD era favorável à progressão, seguindo o posicionamento da Comissão de Avaliação e do Conselho Departamental da Unidade. Foi, ainda, levantado questionamento sobre o quê o diferenciava do Processo da Professora Sandra Santoro. À respeito, foi destacado ser o professor detentor da titulação de Mestre e estar, no período considerado para avaliação, intimamente ligado a tarefas administrativas em seu Departamento. Foi, ainda, comentado que de a-

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 11

387 cordo com o PCSBV, a exigência para a classe de Professor Ad-
388 junto é que o professor possua o grau de Doutor. Intervindo,
389 a Professora Maria de Lourdes disse entender a questão como
390 bastante delicada e falou de sua experiência como membro da
391 CPPD, dizendo que aquele órgão tinha por norma aprovar as pro-
392 gressões cuja justificativa do professor fosse endossada pela
393 Comissão de Avaliação e Conselho Departamental. Havendo diver-
394 gência de opiniões, a Presidência da mesa colocou o Processo
395 em votação, verificando-se seis votos favoráveis e cinco abs-
396 tenções, o que resultou na aprovação da progressão. Processo
397 nº 23110.000933/91-93 do Professor Walcir Brasil Vaz Corvello,
398 da Faculdade de Agronomia solicitando progressão funcional pa-
399 ra o nível 1 da classe de Professor Adjunto, a partir de
400 01.02.90. Relatando o Processo, o Professor Schuch disse que,
401 da mesma forma que no caso anterior, o professor é portador
402 da titulação de Mestre e que o parecer da CPPD é favorável à
403 progressão. Procedida a votação, verificaram-se seis votos fa-
404 voráveis, três contrários e duas abstenções, resultando na a-
405 provação do Processo. Processo nº 23110.001928/91-36 do Pro-
406 fessor Paulo Edison Freitas Vignoli, da Faculdade de Arquite-
407 tura e Urbanismo, solicitando progressão funcional (retorno).
408 Com relação ao Processo, o Senhor Presidente informou tratar-
409 se de um recurso movido pelo interessado que se julgava incon-
410 formado com a decisão da CPPD quanto a impossibilidade de con-
411 ferir-lhe pontuação mínima para avaliação de desempenho duran-
412 te o período em que esteve afastado para frequentar o Curso
413 "Altos Estudos de Política e Estratégia", na Escola Superior
414 de Guerra, por não ser possível equipará-lo a Pós-Graduação
415 "latu-sensu" nem "stricto-sensu". Outro agravante, considera-
416 do no julgamento da CPPD, foi o fato de o afastamento haver o-
417 corrido à revelia do próprio Departamento e a manifestação do
418 mesmo de que o Curso "não traz contribuições às atividades do
419 Departamento". Feitos esses esclarecimentos, o Senhor Presi-
420 dente colocou o Processo em discussão havendo consenso quanto
421 ao não acatamento do recurso. Procedida a votação, o COCEPE
422 homologou o parecer exarado pela CPPD, quanto ao indeferimen-
423 to da progressão e não acolhimento do recurso. Processo nº
424 23110.001535/91-76 da Professora Maria Beatriz M. Carangi, so-
425 licitando progressão funcional para o nível 1 da classe E e a
426 concessão do adicional de 15% por titulação, a partir de

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 12

20.05.91. O COCEPE homologou o parecer favorável exarado pela CPPD quanto à progressão solicitada. Concluído o exame deste item, o Senhor Presidente propôs, face o adiantado da hora, que a reunião fosse interrompida. Foi acordado que a mesma teria continuidade dia primeiro de outubro, às quatorze horas e trinta minutos, no mesmo local. **Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e um**, no horário das quatorze horas e trinta minutos, no Gabinete da Vice-Reitoria, foi dado o desdobramento da reunião do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE, da Universidade Federal de Pelotas, iniciada dia trinta de setembro do corrente ano, a qual, previamente convocada e presidida por seu Presidente, Professor Luiz Henrique Schuch, contou com a participação dos seguintes Conselheiros: Professores Luis Antonio Veríssimo Corrêa, em substituição à Pró-Reitora de Graduação e Assistência; Sérgio Roberto Martins, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Céres Maria Torres Bonatto, Representante do Conselho Universitário; Fernando Nova Cruz Diaz, Representante da área de Ciências Exatas e Tecnologia; Tânia Maria Pereira Isolan, Representante da área de Ciências da Saúde e Biológicas; Carmen Lúcia Abadie Biasoli, Suplente da Representante da área de Letras e Artes; Hilda Costa Acevedo, Representante da área de Ciências Humanas e Acadêmica Lusiane Luz de Lima, Representante discente. Verificada a existência de quorum, o Senhor Presidente procedeu a reabertura da sessão justificando, inicialmente, a ausência do Professor Aldyr Garcia Schlee que se encontrava viajando e de seu suplente que estava em sala de aula. Justificou, ainda, a ausência momentânea do Professor Sérgio Martins, que chegaria mais tarde. Feitas essas considerações, deu prosseguimento ao exame da pauta.

Item 8. Processos relatados pela Comissão de Graduação, tendo como relator o Professor Veríssimo. Processo nº 23110.001399/91-60 da Secretaria Geral dos Cursos, encaminhando relação de estudantes-convênio que se encontram em situação irregular na UFPel. Colocado o assunto em discussão, várias considerações foram feitas quanto as normas constantes do Manual de Estudantes-Convênio proveniente do Protocolo entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação em vigor desde 1987. Foi, ainda, referida a Resolução 09/89 que estabeleceu as normas que regulam a situação do estudante-convênio na

457 UFPel. Em sua explanação, o Professor Veríssimo falou da im-
458 portância de regulamentação das normas existentes, visando
459 possibilitar a sua aplicabilidade na Universidade. Ao final
460 da discussão, o COCEPE deliberou o que segue com relação aos
461 estudantes-convênio: 1º) Para aqueles que se incluem na situa-
462 ção de mais de duas reprovações por disciplina no mesmo semes-
463 tre, deverá ser cumprido o disposto no art. 6º da Resolução
464 09/89 do COCEPE, conforme parecer da Comissão de Graduação, a
465 partir da vigência daquela Resolução; 2º) Aos alunos que, na
466 data da publicação da Resolução 09/89, tenham impossibilidade
467 de integralizar o conteúdo curricular no período máximo esta-
468 belecido para os estudantes-convênio ou que, inclusive, já o
469 tenham ultrapassado, o Colegiado definirá o prazo para que o
470 façam, a partir de levantamento a ser realizado pela Secreta-
471 ria Geral dos Cursos, sendo que este prazo jamais poderá ser
472 superior ao período mínimo definido para cada Curso, através
473 da Portaria nº 554, de 01.10.91. Processo nº 23110.000830/91-
474 51 do Centro Acadêmico Ferreira Vianna, solicitando a criação
475 de nova turma para a Disciplina de Direito Tributário. O
476 COCEPE referendou o parecer de sua Comissão de Graduação, que
477 manifestou-se pelo indeferimento da solicitação, face a maté-
478 ria já encontrar-se vencida a esta altura do semestre. Item
479 9. Processos relatados pela Comissão de Pesquisa e Pós-Gradua
480 ção, relatados pelo Senhor Presidente em razão da ausência mo-
481 mentânea do Professor Sérgio. Processo nº 23110.001257/91-75
482 da Faculdade de Agronomia, encaminhando o projeto de pesquisa
483 intitulado "Interferência de resíduos de antibióticos sobre a
484 fermentação láctica e coagulação enzimática do leite de cabra
485 (Capra hircus, L.)", coordenado pelo Professor Wladimir Padi-
486 lha da Silva; Processo nº 23110.001218/91-13 da Faculdade de
487 Arquitetura e Urbanismo, encaminhando o projeto de pesquisa
488 intitulado "Levantamento dos Problemas Patológicos das Cons-
489 truções de Pelotas", coordenado pela Professor Sérgio Lund A-
490 zevedo; Processo nº 23110.001522/91-24 do Instituto de Biolo-
491 gia, encaminhando o projeto de pesquisa intitulado "Histolo-
492 gia de Teleóginas de Boophilus microplus (CAN., 1987)", coordena-
493 do pelo Professor João Guilherme W. Brum; Processo nº
494 23110.001357/91-10 da Escola Superior de Educação Física, en-
495 caminhando o projeto de pesquisa intitulado "Capacidade Fun-
496 cional e Doenças do Trabalho", coordenado pelo Professor Flo-

28

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 14

507 rismar Oliveira Thomaz; Processo nº 23110.001356/91-57 da Es-
508 cola Superior de Educação Física, encaminhando projeto de pes-
509 quisa intitulado "Perfil bio-psico-sócio-econômico de crianças
510 de 3 meses a 10 anos que freqüentam as creches municipais na
511 cidade de Pelotas (RS)", coordenado pelo Professor Ailton Jo-
512 sé Rombaldi. Processo nº 23110.001523/91-97 do Instituto de
513 Biologia, encaminhando projeto de pesquisa intitulado "Varia-
514 ções morfológicas dos processos vulvares de Haemonchus (Nema-
515 toda: Trichostrongylidae) de Ovis aries L. do Estado do Rio
516 Grande do Sul", coordenado pela Professora Suceni Ine Moreira
517 Lara. Processo nº 23110.001415/91-14 da Pró-Reitoria de Gradua-
518 ção e Assistência, encaminhando projeto de pesquisa intitula-
519 do "A Qualidade do Ensino da UFPel na Perspectiva dos Alunos
520 de Graduação", coordenado pela Professora Maria Isabel da Cu-
521 nha; Processo nº 23110.000995/91-41 da Faculdade de Medicina,
522 encaminhando projeto de pesquisa intitulado "Correlação Clíni-
523 co-Patológica das Apendicopatias Agudas operadas no Hospital
524 Escola", coordenado pelo Professor André Luiz Haack; Processo
525 nº 23110.001256/91-11 da Faculdade de Agronomia, encaminhando
526 o projeto de pesquisa intitulado "Avaliação das condições de
527 conservação do leite "tipo-C" comercializado em Pelotas-RS",
528 coordenado pelo Professor Celso Medina Fagundes; Processo nº
529 23110.001249/91-47 da Faculdade de Agronomia, encaminhando
530 projeto de pesquisa intitulado "Comparação de Dois Sistemas
531 de Adubação Orgânica em Laranjeiras", coordenado pelo Profes-
532 sor Antonio Augusto Fonseca Ferreira; Processo nº
533 23110.001250/91-26 da Faculdade de Agronomia, encaminhando
534 projeto de pesquisa intitulado "Comparação entre as Produtivi-
535 dades de Cultivos Consorciados e Solteiros, Avaliando-se a In-
536 fluência de Plantas Invasoras das Culturas", coordenado pelo
537 Professor João Silva Fº; Processo nº 23110.001362/91-50 da Fa-
538 culdade de Veterinária, encaminhando projeto de pesquisa inti-
539 tulado "Dinâmica da síntese de cápsula de Actinobacillus pleu-
540 ropneumoniae", coordenado pelo Professor Carlos Gil Turnes;
541 Processo nº 23110.001366/91-19 da Faculdade de Veterinária, en-
542 caminhando projeto de pesquisa intitulado "Efeito de probióti-
543 cos no ganho de peso e controle de enteropatias", coordenado
544 pelo Professor Carlos Gil Turnes; Processo nº 23110.001361/91-
545 -97 da Faculdade de Veterinária, encaminhando projeto de pes-
546 quisa intitulado "Estudo da dinâmica de síntese de fimbrias

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 15

547 de Moraxella bovis", coordenado pelo Professor Carlos Gil Tur
548 nes; Processo nº 23110.001360/91-24 da Faculdade de Veterinária,
549 encaminhando projeto de pesquisa intitulado "Determina-
550 ção da Duração de Imunidade de Vacinas Moraxella bovis aderen-
551 tes", coordenado pelo Professor Frutuoso Luis de Araujo; Pro-
552 cesso nº 23110.001364/91-85 da Faculdade de Veterinária, enca-
553 minhando projeto de pesquisa intitulado "Promotores de síntese
554 de adesinas de Moraxella bovis", coordenado pelo Professor
555 Carlos Gil Turnes; Processo nº 23110.001363/91-12 da Faculda-
556 de de Veterinária, encaminhando projeto de pesquisa intitula-
557 do "Preparação de um kit para diagnóstico de Brucelose ovi-
558 na", coordenado pelo Professor Carlos Gil Turnes. Sobre este
559 projeto, o Senhor Presidente destacou tratar-se de uma inicia-
560 tiva pioneira, uma vez que no Brasil ainda não há esse mate-
561 rial. Processo nº 23110.001251/91-99 da Faculdade de Agrono-
562 mia, encaminhando projeto de pesquisa intitulado "Avaliação
563 de Sistemas de Arraçoamento e Gaiolas no Desempenho de Matri-
564 zes de Coelho da Raça Nova Zelândia Branco e Vermelho", coor-
565 denado pelo Professor Valter Eliogabalos R. de Azambuja; Pro-
566 cesso nº 23110.001243/91-61 da Faculdade de Agronomia, encami-
567 nhando projeto de pesquisa intitulado "Influência do Sexo e I-
568 dade de Abate nos níveis de ácidos Graxos em Gordura de Carne
569 de Coelho (Oryctolagus cuniculus)", coordenado pelo Professor
570 Germano Jorge Dorneles Soares. Com relação aos projetos enun-
571 ciados, o COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Pes-
572 quisa e Pós-Graduação favorável quanto ao mérito, ficando a
573 execução plena na dependência da obtenção de recursos. Foi sa-
574 lientado pelos conselheiros a diversidade significativa das
575 pesquisas com destaque para algumas desenvolvidas em áreas
576 "de ponta" para a Universidade e para a zona sul. Fazendo uso
577 da palavra, a Professora Céres sugeriu que a Universidade pro-
578 cure divulgar as pesquisas que estão sendo desenvolvidas, quem
579 sabe encontrando um espaço para fazê-lo durante a Semana Aca-
580 dêmica, de forma a procurar envolver e despertar o interesse
581 dos alunos para a pesquisa. Outra sugestão foi a realização
582 de um seminário preparatório ao que ocorrerá na UFRGS, com a
583 participação de bolsistas de iniciação científica, pesquisado-
584 res e demais interessados. Item 10. Processos relatados pela
585 Comissão de Extensão, tendo como relator o Senhor Presidente.
586 Processo nº 23110.000838/91-62 do Instituto de Letras e Ar-

140 27

tes, encaminhando projeto de extensão intitulado "Bijouterias em Cerâmica", coordenado pela Professora Maria Enny N. Gomes; Processo nº 23110.000842/91-30 do Conservatório de Música, encaminhando projeto de extensão intitulado "Revendo o Passado", coordenado pelo Professor Adê Souza; Processo nº 23110.001401/91-18 da Faculdade de Ciências Domésticas, encaminhando projeto de extensão intitulado "Palestra: A Economia Doméstica no Canadá - uma experiência profissional", coordenado pelas Professoras Zilma da Costa Tambara e Nair C.F. Macedo; Processo nº 23110.001416/91-87 do Conservatório de Música, encaminhando projeto de extensão intitulado "Turíbio Santos em Concerto", coordenado pelo Professor Adê Souza; Processo nº 23110.001417/91-40 do Conservatório de Música, encaminhando projeto de extensão intitulado "Olinda Alessandrini - Recital de Piano", coordenado pela Professora Maria Elizabeth Maurer de Salles; Processo nº 23110.001418/91-11 do Conservatório de Música, encaminhando projeto de extensão intitulado "Seminário de Música", coordenado pela Professora Maria Elizabeth Maurer de Salles; Processo nº 23110.001663/91-56 do Conservatório de Música, encaminhando projeto de extensão intitulado "Recital de Piano", coordenado pela Professora Maria Elizabeth Maurer de Salles. Com relação aos Processos enunciados, o COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Extensão, favorável à execução dos projetos. Item 11. Processos relatados pela Comissão de Concursos, tendo como relatora a Professora Céres. Processo nº 23110.001517/91-94 do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, encaminhando relação de candidatos inscritos para o concurso na área de Biologia. À oportunidade, foi destacado a existência de candidatos vinculados ao magistério estadual que, em sendo aprovados e nomeados, em pouco tempo solicitarão aposentadoria, dado a possibilidade de juntarem os tempos de serviço de fora da Universidade. À respeito, o Senhor Presidente comentou que, em algumas Universidades, foram criadas normas próprias proibindo que professores aposentados realizassem novo concurso público, justificando que, a par de não haver nenhum impedimento legal, é um contra-senso o reaproveitamento de aposentados, porquanto a aposentadoria pressupõe que as pessoas estejam com sua capacidade de trabalho exaurida e no limite de suas potencialidades, além de outros fatores. Processo nº 23110.000946/91-35 do Instituto de Ciências Humanas, encami -

27

627 nhando o resultado final do Concurso para a área de História.
628 O COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Concursos quanto
629 ao resultado final do Concurso que considerou habilitados os
630 candidatos Fábio Vergara Cerqueira (1º lugar); Lorena Almeida Gill
631 (2º lugar) e Luiz Alberto Grijó (3º lugar). Processo nº
632 23110.001843/91-38 da Faculdade de Ciências Domésticas, enca-
633 minhando relação de candidatos inscritos, indicação da Banca
634 Examinadora, data e local do Concurso para a área de Ciência
635 dos Alimentos. O COCEPE referendou o parecer de sua Comissão
636 de Concursos quanto a relação de candidatos inscritos, compo-
637 sição da Banca Examinadora, data, hora e local de realização
638 do concurso. Item 12. Processos aprovados "ad-referendum" pa-
639 ra serem referendados - Concursos, relatados pelo Senhor Pre-
640 sidente e Professora Céres. Processo nº 23110.001233/91-15 da Fa-
641 culdade de Direito, indicando a composição da Banca Examinado-
642 ra e definindo a data, local e hora de realização do Concurso
643 na área de História do Direito. O COCEPE referendou o parecer
644 favorável emitido "ad-referendum" quanto a composição da Ban-
645 ca Examinadora, data, local e hora de realização do Concurso.
646 Processo nº 23110.001842/91-75 do Instituto de Ciências Huma-
647 nas, encaminhando relação de candidatos inscritos para o Con-
648 curso Público na área de Geografia. O COCEPE referendou o pa-
649 recer emitido "ad-referendum" quanto a homologação das inscri-
650 ções para o concurso na área de Geografia. Processo nº
651 23110.002385/91-91 da Faculdade de Medicina, solicitando abertu-
652 ra de Concurso Público na área de Radiologia. Após proceder a
653 análise do Processo, o COCEPE deliberou pelo encaminhamento
654 do mesmo à Unidade para caracterização objetiva do requisito
655 para inscrição e juntada do programa. Processo nº 23110.001232/91-
656 44 da Faculdade de Direito, encaminhando o resultado final do
657 Concurso na área de Direito do Estado. Ao proceder o relato do
658 Processo, a Professora Céres informou ter chegado às suas mãos
659 um recurso interposto pela candidata Céres Mari da S. Meiré-
660 les, pedindo "vistas da documentação comprobatória que conte-
661 nha os critérios utilizados no julgamento das provas didática,
662 entrevista e, em especial, da prova de títulos". No momento
663 seguinte, o Senhor Presidente fez uma retomada de todos os
664 passos do Processo, salientando que o resultado final fora ho-
665 mologado "ad-referendum" dia 20/9, à vista do Parecer da Co-
666 missão de Concursos do COCEPE, uma vez que naquele momento

657 não se tinha conhecimento de qualquer interposição de recur-
658 so. Quanto a pontuação utilizada na prova de títulos, a Pro-
659 fessora Céres disse ter conhecimento de que a maioria das Ban-
660 cas, considerando o grande número de questionamentos quanto
661 aos critérios de avaliação de títulos, têm adotado por norma
662 apresentar aos candidatos a pontuação adotada, visto ser esta
663 uma prova mais objetiva - ou o candidato possui o título ou
664 não o possui. Em seguida, o Senhor Presidente disse que a nor-
665 ma geral adotada pelo COCEPE no julgamento dos recursos é cen-
666 trada nos aspectos: 1º) Quanto ao mérito: não sendo apresenta-
667 das razões, provas ou alegações que possam entrar no desmere-
668 cimento da Banca, enquanto acreditada para proceder a avalia-
669 ção de mérito, o mérito é da Banca; se não são dados elemen-
670 tos que convençam o COCEPE quanto à suspeição da Banca ela é
671 acreditada na avaliação de mérito; 2º) Se há evidências con-
672 cretas de que tenha havido vícios de tal ordem no andamento
673 do concurso, quanto a seus procedimentos normais, que possa
674 ter interferido no seu resultado final. O Senhor Presidente
675 disse, ainda, que no presente recurso, a recorrente pedia a
676 sustação do Processo até que pudesse conhecer a metodologia u-
677 tilizada; ao mesmo tempo salientou que isso não poderia acon-
678 tecer porquanto o concurso já fora homologado "ad-referendum"
679 e a publicação do resultado já fora encaminhada ao Diário Ofi-
680 cial. Foi, também, salientado que a candidata não colocava
681 suspeição quanto a Banca Examinadora. Esgotadas as considera-
682 ções acerca do Processo, o Senhor Presidente colocou em vota-
683 ção a homologação do parecer emitido "ad-referendum", e a in-
684 clusão da proposta do Professor Diaz de concessão de vistas
685 do Processo à candidata. Procedida a votação, o COCEPE refe-
686 rendou o parecer emitido "ad-referendum" quanto ao resultado
687 final do Concurso, que considerou habilitado o candidato Iti-
688 berê de Oliveira Rodrigues. Com relação ao pedido de vistas
689 do Processo feito pela candidata Céres Mari da Silva Meirêles,
690 o COCEPE deliberou favoravelmente. Processo nº 23110.000921/
691 91-12 do Instituto de Biologia, encaminhando a indicação da
692 Banca Examinadora, local e data de realização do Concurso na
693 área de Anatomia I e II. O COCEPE referendou o parecer emiti-
694 do "ad-referendum" quanto a Banca Examinadora, data e local
695 de realização do Concurso Público. Encerrada a apreciação
696 dos Processos relatados pela Comissão de Concursos, o Senhor

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 19

Presidente informou ao plenário sobre a existência de alguns Processos extra pauta de responsabilidade dessa Comissão e de outros, atinentes à Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, para os quais solicitou a complacência dos presentes em apreciá-los, visto o caráter de urgência que os envolvia. Processo nº 23110.001617/91-84 da Faculdade de Agronomia, relativo a abertura de Concurso Público na classe de Professor Adjunto, área de Nutrição e Alimentação Animal, em vaga da aposentadoria do Professor Narciso Islabão, informando não ter havido candidatos inscritos e solicitando a transformação do concurso para a classe de Professor Assistente. O COCEPE homologou o parecer favorável de sua Comissão de Concursos quanto a alteração do concurso que passará a ser realizado para a classe de Professor Assistente, conforme solicitação da Unidade. Em seguida, a Professora Céres deu conhecimento ao COCEPE do Ofício nº 042/91 do Instituto de Física e Matemática, informando que as provas relativas ao Concurso Público a ser realizado no Departamento de Matemática, Estatística e Computação, área de Estatística, foram transferidas para o período de 23 a 25 do mesmo mês. Processo nº 23110.002495/91-99, da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia, solicitando abertura de Concurso Público na área de Enfermagem Médico-Cirúrgica, em vaga decorrente do pedido de demissão do Professor Adalberto Jesus Silva da Rosa. O COCEPE referendou o parecer de sua Comissão de Concursos quanto a alocação da vaga na área indicada pela Unidade, tipos de provas, programa, classe, regime de trabalho e requisitos para inscrição. Processo nº 23110.002523/91-22 do Instituto de Letras e Artes, solicitando abertura de Concurso Público na área de Língua Inglesa e Literatura Anglo-americana, em vagas decorrentes de aposentadoria dos Professores Guido Gilberto Fernandes e Regina Branco Araújo de Faria Santos. Ao relatar o Processo, a Professora Céres levantou questionamento quanto ao requisito para inscrição, que não pede habilitação em Inglês, mas em Letras. A este questionamento surgiram várias considerações que culminaram em consulta à Unidade e na confirmação do requisito apontado no Processo, ficando claro que pessoas habilitadas em Letras e que apresentassem profundo conhecimento de Língua Inglesa obtido em cursos específicos poderiam concorrer. O COCEPE acatou a decisão da Unidade, todavia a mesma deverá justificar por escrito a delibe-

1114 ef

747 razão. O COCEPE referendou o parecer de sua Comissão de Con-
748 cursos quanto à alocação das vagas, bem como os tipos de pro-
749 vas, programa, classe, área, regime de trabalho e requisitos
750 para inscrição. Processo nº 23110.002522/91-60 do Instituto
751 de Letras e Artes, solicitando a abertura de Concurso Público
752 na área de Fundamentos da Linguagem Visual, em vaga decorren-
753 te da aposentadoria do Professor José Érico Alípio Cava, enca-
754 minhando os tipos de provas, programa, classe, regime de tra-
755 balho e requisitos para inscrição. Quando do relato do Proces
756 so foi destacado que poderão inscrever-se candidatos portado-
757 res de Licenciatura Plena, Bacharelado ou Graduação em Artes
758 Plásticas. O COCEPE referendou o parecer de sua Comissão de
759 Concursos quanto a alocação da vaga, bem como os tipos de prov
760 vas, conteúdo programático, regime de trabalho, área em con-
761 curso e requisitos para inscrição. Processo nº 23110.002524/
762 91-95 do Instituto de Letras e Artes, solicitando abertura de
763 Concurso Público na área de Linguística e Língua Portuguesa,
764 em vaga decorrente da aposentadoria do Professor Victorino
765 Piccinini, e encaminhando os tipos de provas, programa, clas-
766 se e regime de trabalho. O COCEPE referendou o parecer de sua
767 Comissão de Concursos quanto a alocação da vaga, bem como os
768 tipos de provas, conteúdo programático, regime de trabalho e
769 classe em concurso. Processo nº 23110.000814/91-02 do Institut
770 to de Biologia, indicando a Banca Examinadora, data, local e
771 hora de realização das provas referentes ao Concurso na área
772 de Farmacologia. Sobre este Processo, o Senhor Presidente in-
773 formou que o concurso deveria ser realizado no prazo de 90
774 dias, a contar da homologação das inscrições pelo COCEPE, em
775 cumprimento às normas; todavia, em razão do movimento grevis-
776 ta somente agora a Unidade terá condições de implementá-lo.
777 Propôs, a seguir, que dado a excepcionalidade da situação o
778 COCEPE conheça a questão e concorde com a realização do con-
779 curso, sobretudo ao ser considerado que os prazos de inscri-
780 ção foram respeitados e cumpridos antes da greve. O COCEPE ho-
781 mologou o parecer de sua Comissão de Concursos quanto à cons-
782 tituição da Banca Examinadora, data, local e hora de realiza-
783 ção das provas. Item 13. Revalidação de diplomas. Com relação
784 a este item, o Senhor Presidente fêz um breve histórico sobre
785 a forma como se dá o reconhecimento de diplomas de estrangei-
786 ros na UFPel e de sua tramitação, salientando que a análise é

ef

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 21

realizada levando em conta o disposto na Resolução 02/85 do COCEPE e Normas do Conselho Federal de Educação. Fazendo uso da palavra, o Professor Diaz perguntou se o parecer da Comissão Especial nomeada para proceder a avaliação dos Processos não teria de ser submetido à homologação do Colegiado de Curso. Consultadas as normas foi verificado que a Comissão deve emitir um relatório circunstanciado acerca do Processo que, após, é submetido à apreciação do COCEPE. Analisados os Processos e constatado serem os pareceres bastante sucintos, o plenário sugeriu que, para novos casos, a Comissão deverá ser instruída no sentido de emitir um relatório mais detalhado para cada caso. Processo nº 23110.000320/91-74 de Pedro Bustelo; 23110.005534/88-50 de Juarez Henrique Blauth; 23110.000701/91-16 de Gabriel Savi; 23110.002965/89-36 de José Fernando Sandoval Plaza; 23110.001877/90-79 de Antonio Cleofa Cabrera Pereira; 23110.003688/90-77 de Gustavo Emilio Moreno Fernandez e 23110.001102/91-39 de Rodolfo Ricardo Villarreal Scapperone, todos solicitando revalidação do diploma de Médico. O COCEPE homologou o parecer de sua Comissão constituída pela Portaria nº 178, de 05.04.91 que manifestou-se favoravelmente à revalidação dos diplomas de Médico, relativamente aos Processos acima. A seguir, o Professor Schuch procedeu o relato dos Processos extra-pauta, primeiramente, de um oriundo da CPPD. Processo nº 23110.001359/91-45 do Professor Carlos Oliveira Amaral do Instituto de Biologia, solicitando progressão funcional de Professor Assistente N-4 para Professor Adjunto N-1, a partir de 01.04.91. O COCEPE deliberou favoravelmente à progressão, considerando os termos do parecer da CPPD. A seguir passou a palavra ao Professor Sérgio Martins para o relato dos Processos da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação. Processo nº 23110.002214/91-06 do Professor Sérgio Silva da Silva da Faculdade de Veterinária, solicitando afastamento para cursar Doutorado na área de Biologia Molecular e Celular, na Fundação Oswaldo Cruz-RJ, por três anos a contar de 01.07.91. O COCEPE homologou o parecer favorável de sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação quanto ao afastamento solicitado. Processo nº 23110.000727/91-00 da Faculdade de Odontologia, encaminhando o projeto de pesquisa intitulado "Análise da dentição Mista - Estudo Comparativo dos Métodos de Nance e Moyers", coordenado pelo Professor Eurico Passos de

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 09/91. Fls. 22

Oliveira. Ao relatar o Processo, o Professor Sérgio destacou que a grande polêmica envolvendo este projeto foi a questão do número de horas que o professor solicitou para desenvolver a atividade de pesquisa. "É muito complicado quantificar tempo para pesquisa" - salientou. "Há Unidades em que a pesquisa é feita por iniciativa do próprio professor que a desenvolve com muito sacrifício e, portanto, a questão de horas varia de Unidade para Unidade. A liberação de horas deve ser discutida a cada semestre junto ao Departamento e depende da natureza do projeto, mas jamais poderá desobrigar o professor do cumprimento de suas atividades acadêmicas em sala de aula". A colocação do Professor Sérgio foi ratificada por todos os presentes e, ao final, o COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, favorável à execução do projeto destacando, ainda, que a execução de atividade de pesquisa não desobriga o professor do cumprimento de suas atividades acadêmicas. Concluída a apreciação dos Processos, o Professor Schuch colocou a palavra à disposição dos presentes. Como dela ninguém mais desejasse fazer uso, agradeceu a companhia de todos dando a sessão por encerrada. Do que, para constar, eu, *Elaine* Leonor Lima de Faria, Secretária dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Pelotas, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será igualmente assinada pela Presidência.

Schuch

Extensão; Ceres Maria Torres Bonatto, do Conselho Universitário; Eduardo Allgeyer Osório, Representante da Área de Ciências Agrárias; Fernando Nova Cruz Dias, Representante da Área de Ciências Exatas e Tecnologia; Tânia Maria Pereira Isolan, Representante da Área de Ciências da Saúde e Biológicas; Maria de Lourdes Valente Rayer, Representante da Área de Letras e Artes e Nilda Costa Acevedo, Representante da Área de Ciências Humanas. Não compareceram os Acadêmicos Elany Luíza Pereira e Lusiane Lou de Lima, Representantes nascentes. Constatado haver número legal de Conselheiros presentes, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, cumprimentando inicialmente o novo representante da Área de Ciências